

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Tadeu Leite – MDB
1ª-Vice-Presidente: deputada Leninha – PT
2º-Vice-Presidente: deputado Duarte Bechir – PSD
3º-Vice-Presidente: deputado Betinho Pinto Coelho – PV
1º-Secretário: deputado Antonio Carlos Arantes – PL
2º-Secretário: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
3º-Secretário: deputado João Vítor Xavier – Cidadania

SUMÁRIO

- 1 – ATAS**
 - 1.1 – Comissões
- 2 – ORDENS DO DIA**
 - 2.1 – Plenário
 - 2.2 – Comissões
- 3 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO**
 - 3.1 – Comissões
- 4 – TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES**
- 5 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA**



ATAS

ATA DA 25ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 14/11/2024

Às 14h7min, comparecem à reunião as deputadas Andréia de Jesus e Bella Gonçalves e o deputado Betão, membros da supracitada comissão. Estão presentes também a deputada Beatriz Cerqueira e o deputado Leleco Pimentel. Havendo número regimental, a presidenta, deputada Andréia de Jesus, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 817/2023 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: deputado Betão). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 11.301/2024, da deputada Andréia de Jesus, em que requer, atendendo à Sugestão de Desdobramento nº 2.7.b do Relatório de Evento Institucional nº 2/2024, apresentado pelo Comitê de Representação do Seminário Legislativo Estatuto da Igualdade Racial, seja realizada audiência pública para debater o Projeto de Lei nº 3.028/2024, que objetiva instituir o Dia Estadual de Combate ao Racismo Socioambiental, de autoria da comissão, em atendimento à Lei nº 22.858, de 2018, que fixa critério para a instituição de data comemorativa estadual;

nº 11.353/2024, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência de convidados para entrega dos diplomas referentes aos votos de congratulações com as mães de pessoas LGBTQIAPN+;

nº 11.354/2024, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja formulado voto de congratulações com Sueli Viana Bastos por sua dedicação, cuidado e acolhimento como mãe na luta pela diversidade;

nº 11.355/2024, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja formulado votos de congratulações com Júnia Bertolino da Silva por sua dedicação, cuidado e acolhimento como mãe na luta pela diversidade;

nº 11.356/2024, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja formulado voto de congratulações com Rosilene Perpétua da Paixão por sua dedicação, cuidado e acolhimento como mãe na luta pela diversidade;

nº 11.357/2024, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja formulado voto de congratulações com Luciane Aguiar Santos por sua dedicação, cuidado e acolhimento como mãe na luta pela diversidade;

nº 11.358/2024, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja formulado voto de congratulações com Benilda Regina Paiva de Brito por sua dedicação, cuidado e acolhimento como mãe na luta pela diversidade;

nº 11.359/2024, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja formulado voto de congratulações com Rita de Cassia Siuves por sua dedicação, cuidado e acolhimento como mãe na luta pela diversidade;

nº 11.360/2024, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja formulado voto de congratulações com makota Cássia Kidoiale por sua dedicação, cuidado e acolhimento como mãe na luta pela diversidade;

nº 11.361/2024, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja formulado voto de congratulações com Maria das Graças Silva por sua dedicação, cuidado e acolhimento como mãe na luta pela diversidade;

nº 11.362/2024, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja formulado voto de congratulações *post mortem* com Maria Emília Rodrigues Silva por sua dedicação, cuidado e acolhimento como mãe na luta pela diversidade;

nº 11.363/2024, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja formulado voto de congratulações *post mortem* com Clea de Souza Lima por sua dedicação, cuidado e acolhimento como mãe na luta pela diversidade;

nº 11.371/2024, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Anglo American Brasil em Conceição do Mato Dentro pedido de providências para assegurar prazo complementar até 13/12/2024 para finalização das negociações relativas ao reassentamento das pessoas residentes na zona de autossalvamento da barragem de rejeitos da mineradora, a fim de garantir pontos fundamentais no plano de reassentamento, com a devida participação comunitária, conforme preconiza a Lei nº 23.795, de 2021, que institui a Política Estadual dos Atingidos por Barragens;

nº 11.377/2024, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja encaminhado à Mesa da Assembleia pedido de providências para que recomende aos parlamentares desta Casa a destinação de emendas impositivas para ações, projetos e políticas públicas voltadas às populações negra e indígena e aos povos e comunidades tradicionais, atendendo à Sugestão de Desdobramento nº 3.5.a do Relatório de Evento Institucional nº 2/2024, apresentado pelo Comitê de Representação do Seminário Legislativo Estatuto da Igualdade Racial;

nº 11.412/2024, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja realizada consulta pública para debater o projeto de lei que objetiva instituir o Dia de Combate ao Racismo Socioambiental, de autoria da comissão, para atender ao disposto na Lei nº 22.858, de 2018, que fixa critério para a instituição de data comemorativa estadual;

nº 11.414/2024, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja encaminhado à Associação Mineira de Municípios, em Belo Horizonte, à Associação dos Municípios da Microrregião do Leste de Minas Gerais, em Mantena, e à Câmara Municipal de Belo Horizonte pedido de providências para que as câmaras municipais mineiras apresentem projeto de lei para garantir a reserva de vagas em concursos públicos municipais; e seja encaminhado ao referido órgão o *link* para o inteiro teor da reunião da comissão realizada em 14/11/2024.

Em seguida, é aprovado relatório de visita, realizada em 2/5/2024, à Estação São Gabriel, em Belo Horizonte, para averiguar situações de violação da dignidade e riscos à vida e à integridade física dos passageiros, em especial da Linha 815, que teve veículos envolvidos em três acidentes com vítimas em curto período de tempo. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 22 de novembro de 2024.

Bella Gonçalves, presidenta.

ATA DA 32ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 18/11/2024

Às 14h32min, comparecem à reunião as deputadas Beatriz Cerqueira e Alê Portela (substituindo o deputado Doorgal Andrada, por indicação da liderança do BAM) e os deputados Zé Guilherme, Rafael Martins, Professor Cleiton e Roberto Andrade (substituindo o deputado Leonídio Bouças, por indicação da liderança do BAM), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Zé Guilherme, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento do Ofício nº 16.145/2024, do Tribunal de Contas do Estado, encaminhando o relatório de atividades desse tribunal referente ao segundo trimestre de 2024. Comunica também o recebimento de *e-mail* do Sr. Sérgio Venturelli, encaminhado pelo Fale com as Comissões, manifestando-se acerca da indenização da Vale em razão do rompimento da barragem de rejeitos de Mariana e sugerindo o uso dos recursos para pagamento de depósitos judiciais. O presidente avoca para si a relatoria do Projeto de Lei nº 2.781/2024. Registra-se a presença do deputado Doorgal Andrada. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. O Projeto de Lei nº 2.967/2024 é retirado da pauta por determinação do presidente da comissão por não cumprir pressupostos regimentais. Na fase de discussão do parecer do relator, deputado Zé Guilherme, que opina pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.781/2024, no 1º turno, o presidente defere o pedido de vista do deputado Professor Cleiton. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 22 de novembro de 2024.

Zé Guilherme, presidente – Rafael Martins – João Magalhães – Ulysses Gomes – Cristiano Silveira – Roberto Andrade.

ATA DA 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 19/11/2024

Às 14h5min, comparecem à reunião a deputada Ana Paula Siqueira e os deputados Thiago Cota (substituindo a deputada Delegada Sheila, por indicação da liderança do BAM) e Ulysses Gomes (substituindo a deputada Andréia de Jesus, por indicação da liderança do BDL), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidenta, deputada Ana Paula Siqueira, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A presidência avoca para si a relatoria da visita ocorrida em 11/11/2024 ao Centro Estadual de Apoio às Vítimas – Casa Lilian – em Belo Horizonte, referente ao Requerimento em Comissão nº 10.615/2024. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os seguintes pareceres: pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 1.218/2023 e 2.045/2024 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relatora: deputada Ana Paula Siqueira) e 2.123/2024 na forma do Substitutivo nº 2 (relatora: deputada Ana Paula Siqueira). O parecer sobre o Projeto de Lei nº 1.982/2024, no 2º turno, deixa de ser apreciado em virtude de solicitação de prazo regimental pela relatora deputada Ana Paula Siqueira, em virtude de redistribuição. O Projeto de Lei nº 3.795/2022 é retirado da pauta, atendendo-se a requerimento do deputado Ulysses Gomes, aprovado pela comissão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do

Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a discussão e votação, é aprovado o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 2.584/2024. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 11.131/2024, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja realizada audiência pública para debater os atos de violação da dignidade sexual de mulheres cometidos por líderes religiosos e a responsabilidade das instituições eclesásticas pela promoção da autonomia, do respeito e da dignidade das mulheres e pelo combate à violência contra as mulheres, bem como o caso da denúncia emblemática da prática de crimes sexuais cometidos contra mais de 60 mulheres, durante sua infância e adolescência, por um único padre no Estado;

nº 11.312/2024, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater o planejamento do Carnaval de 2025 em Belo Horizonte, bem como para tratar das ações de enfrentamento à violência, ao assédio e à importunação sexual contra as mulheres durante esse período;

nº 11.327/2024, da deputada Leninha, em que requer seja realizada audiência pública para debater a violência política contra as mulheres;

nº 11.390/2024, da deputada Delegada Sheila, em que requer seja formulada manifestação de repúdio à fala do vereador Bruno Dias (União) durante discurso na Câmara Municipal de Pouso Alegre, em 12/11/2024, por ter utilizado o termo *panicat* para se referir a uma integrante da administração pública municipal, expressão empregada de maneira desrespeitosa e inadequada, desqualificando a competência e a importância da atuação profissional da referida integrante;

nº 11.455/2024, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater o tema “Escala de trabalho 6x1 e a economia do cuidado: o impacto da sobrecarga de trabalho para a saúde e para a qualidade de vida das mulheres”.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 25 de novembro de 2024.

Ana Paula Siqueira, presidenta.

ATA DA 25ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 21/11/2024

Às 10h14min, comparece à reunião a deputada Bella Gonçalves, membro da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidenta, deputada Bella Gonçalves, declara aberta a reunião e suspende os trabalhos. Reabertos os trabalhos, registra-se a presença da deputada Ione Pinheiro, que passa a presidir a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a debater, em audiência pública, com a Petrobras, o cumprimento das condicionantes da revalidação da licença de operação da Refinaria Gabriel Passos, relacionadas à estação de tratamento de efluentes industriais e à Lagoa de Ibitaré. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência registra a presença da Sra. Wanderlene Ferreira Nacif, diretora de Operações e Eventos Críticos do Instituto Mineiro de Gestão de Águas – Igam –, representando o diretor-geral do Igam; e os Srs. Guilherme Augusto Duarte de Faria, diretor-presidente da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa; Fernando Baliani da Silva, diretor de Apoio à Regularização Ambiental da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad; André Gustavo Diniz Matos, secretário municipal de Meio Ambiente de Sarzedo; e Lucas Pardini Gonçalves, coordenador das Promotorias de Justiça do Meio Ambiente das Bacias Hidrográficas dos Rios das Velhas e Paraopeba, representando o promotor de justiça da 5ª

Promotoria de Justiça de Ibirité e Sarzedo. A presidente, autora do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 22 de novembro de 2024.

Bella Gonçalves, presidente.

**ORDENS DO DIA****ORDEM DO DIA DA 50ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA,****EM 26/11/2024, ÀS 14 HORAS****1ª Parte****1ª Fase (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)**1ª Fase**

Comunicações e atos da presidência. Apreciação de pareceres, requerimentos e indicações.

Discussão, em turno único, da Indicação nº 7/2023, feita pelo governador do Estado, do Sr. Ronan Edgard dos Santos Moreira para o cargo de diretor-geral da Loteria do Estado de Minas Gerais. A Comissão Especial opina pela aprovação da indicação.

Discussão, em turno único, da Indicação nº 16/2023, feita pelo governador do Estado, da Sra. de Laura Mendes Serrano para o cargo de diretora-geral da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais – Arsae-MG. A Comissão Especial opina pela aprovação da indicação.

Discussão, em turno único, da Indicação nº 17/2023, feita pelo governador do Estado, da Sra. Deborah Carvalho para o cargo de diretora da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento e de Esgotamento Sanitário – Arsae-MG. A Comissão Especial opina pela aprovação da indicação.

Discussão, em turno único, da Indicação nº 18/2023, feita pelo governador do Estado, do Sr. Samuel Alves Barbi Costa para o cargo de diretor da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais – Arsae-MG. A Comissão Especial opina pela aprovação da indicação.

Discussão, em turno único, da Indicação nº 49/2023, feita pelo governador do Estado, do Sr. Rodrigo Gonçalves Franco para o cargo de presidente da Fundação Estadual do Meio Ambiente. A Comissão Especial opina pela aprovação da indicação.

2ª Fase

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.122/2021, do deputado Agostinho Patrus, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Alto Rio Doce o imóvel que especifica. A Comissão de Administração Pública opinou pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Administração Pública, que opina pela sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, ao vencido em 1º turno, e pela rejeição da Emenda nº 1.

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 59/2024, da Mesa da Assembleia, que concede o título de Cidadão Honorário do Estado de Minas Gerais ao Sr. Hermes Vilchez Guerrero.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 4.264/2017, do deputado Arnaldo Silva, que institui a Semana Estadual de Conscientização sobre a Atrofia Muscular Espinhal – AME. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 1.634/2023, do deputado Betão, que institui a Medalha Luiz Gama e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão do Trabalho opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Direitos Humanos opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta. Com a aprovação do Substitutivo nº 2, ficam prejudicados o Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, e a Emenda nº 1, da Comissão do Trabalho.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 709/2015, do deputado Sargento Rodrigues, que veda ao fornecedor o repasse do custo relativo à emissão de boleto bancário ou carnê de pagamento, no âmbito do Estado, e dá outras providências. A Comissão de Defesa do Consumidor opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.918/2022, da deputada Leninha, que institui a Política Estadual de Atenção à Gagueira e à Pessoa que Gagueja e dá outras providências. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, ao vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 195/2023, do deputado Leleco Pimentel, que institui a Política Estadual de Produção Social de Moradia por Autogestão e dá outras providências. A Comissão de Assuntos Municipais opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, ao vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.319/2023, do deputado Doorgal Andrada, que dispõe sobre a regulamentação do uso de veículos de apoio a ciclistas nas rodovias do Estado. A Comissão de Transporte opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.998/2024, do deputado Ulysses Gomes, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Poço Fundo o imóvel que especifica. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.689/2024, do deputado Rodrigo Lopes, que altera a destinação do imóvel de que trata a Lei nº 16.647, de 5 de janeiro de 2007, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Andradas o imóvel que especifica. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.491/2020, do deputado Doutor Jean Freire, que declara patrimônio cultural e imaterial do Estado o Coral Trovadores do Vale, do Município de Araçuaí. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Cultura opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 66/2023, do deputado Grego da Fundação, que institui o Selo Empresa Amiga da Primeira Infância no Estado. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão do Trabalho opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 334/2023, da deputada Alê Portela, que institui diretrizes para a Política da Entrega Legal, que tem como intuito regularizar o ato da entrega espontânea dos nascituros e recém-nascidos para adoção no âmbito do Estado. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões dos Direitos da Mulher e de Saúde opinam pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 778/2023, do deputado Delegado Christiano Xavier, que cria o Programa de Incentivo ao Aparelhamento da Segurança Pública do Estado de Minas Gerais – Piseq-MG –, vinculado à Secretaria de Segurança Pública. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões de Administração Pública, de Segurança Pública e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

3ª Fase

Pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 24ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9H30MIN DO DIA 26/11/2024**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

Em turno único: Projeto de Resolução nº 6/2023, da deputada Andréia de Jesus; Projeto de Lei nº 229/2019, da deputada Ana Paula Siqueira.

No 1º turno: Proposta de Emenda à Constituição nº 43/2024, do deputado João Magalhães e outros; Projetos de Lei nºs 1.500/2023, 2.827, 2.863 e 2.901/2024, do deputado Lucas Lasmar; 278/2019, do deputado Arlen Santiago; 2.114/2020 e 2.902/2024, da deputada Ione Pinheiro; 136 e 1.909/2023 e 2.299/2024, do deputado Doutor Jean Freire; 277/2023 e 2.707/2024, do deputado Charles Santos; 347/2023 e 2.161/2024, do deputado Sargento Rodrigues; 1.877/2023 e 2.672/2024, do deputado Gil Pereira; 2.088/2024, do deputado Leleco Pimentel; 2.205/2024, do deputado Alencar da Silveira Jr.; 2.264/2024, da deputada Beatriz Cerqueira; 2.294/2024, da deputada Nayara Rocha; 2.452 e 2.783/2024, do deputado Professor Cleiton; 2.469 e 2.617/2024, da deputada Maria Clara Marra; 2.503/2024, do deputado Rodrigo Lopes; 2.522/2024, do deputado Doutor Paulo; 2.588/2024, do deputado Betão; 2.596/2024, do deputado Enes Cândido; 2.681/2024, da deputada Macaé Evaristo; 2.766/2024, do deputado Celinho Sintrocel; 2.778/2024, do deputado Eduardo Azevedo; 2.845/2024, do deputado Adriano Alvarenga; e 2.995/2024, do governador do Estado.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 3.818/2022, do deputado Delegado Heli Grilo; 973/2023, do deputado Fábio Avelar; 1.350/2023, da deputada Ana Paula Siqueira; 1.358/2023 e 2.068/2024, do deputado Rodrigo Lopes; 1.812/2023, do deputado Bruno Engler; 1.953/2024, do deputado Professor Wendel Mesquita; 2.268 e 2.291/2024, da deputada Nayara Rocha; 2.682/2024, do deputado Celinho Sintrocel; 2.696/2024, do deputado Doutor Wilson Batista; 2.706/2024, do deputado Marquinho Lemos; 2.717/2024, do deputado Cristiano Silveira; 2.741/2024, da deputada Lohanna; 2.775/2024, da deputada Macaé Evaristo; 2.820/2024, do deputado Gil Pereira; 2.847 e 2.848/2024, do deputado Bosco; 2.879/2024, do deputado Zé Laviola; 2.884/2024, do deputado Ricardo Campos; 2.895/2024, da deputada Beatriz Cerqueira; 2.927/2024, da deputada Marli Ribeiro; e 2.933/2024, da deputada Ione Pinheiro.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE AO USO DE CRACK E OUTRAS DROGAS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 26/11/2024**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 26/11/2024**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10H30MIN DO DIA 26/11/2024**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 3.152/2021, da deputada Beatriz Cerqueira; e 731/2023, da deputada Ana Paula Siqueira.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 22ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14 HORAS DO DIA 26/11/2024**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

Em turno único: Projeto de Lei nº 3.795/2022, da deputada Ana Paula Siqueira.

No 2º turno: Projetos de Lei nºs 3.019/2021, da deputada Andréia de Jesus, e 1.982/2024, do deputado Cassio Soares e outros;

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 1.337/2023 e 2.523/2024 da deputada Nayara Rocha, e 1.932/2023, da deputada Beatriz Cerqueira.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 26/11/2024**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 2º turno: Projeto de Lei nº 426/2023, do deputado Raul Belém.

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 1.890/2023, do governador do Estado; 1.996/2024, do deputado Doutor Jean Freire; 2.169/2024, do deputado Cassio Soares; 2.256/2024, do deputado Professor Wendel Mesquita; 2.578/2024, do deputado Doutor

Wilson Batista; 2.815/2024, dos deputados Doutor Jean Freire, Arnaldo Silva e Arlen Santiago; 2.845/2024, do deputado Adriano Alvarenga; e 2.995/2024, do governador do Estado.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 26/11/2024

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projeto de Lei nº 2.248/2024, do deputado Doutor Paulo.

Requerimento nº 8.752/2024, da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 26/11/2024

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projeto de Lei nº 1.795/2023, do deputado Caporezzo.

Requerimentos nºs 8.719/2024, da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização; 8.811, 8.820, 8.821 e 8.822/2024, da Comissão de Direitos Humanos; e 8.829, 8.840, 8.871, 8.872, 8.873 e 8.874/2024, da Comissão de Participação Popular.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 20ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15H30MIN DO DIA 26/11/2024

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 1.529/2023, do deputado Cristiano Silveira; e 2.467/2024, da deputada Maria Clara Marra.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**EDITAIS DE CONVOCAÇÃO****EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Extraordinária da Comissão Extraordinária de Prevenção e Enfrentamento ao Câncer**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Enes Cândido, Doutor Paulo, Grego da Fundação e Luizinho, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 26/11/2024, às 10h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência pública, debater o financiamento dos serviços de prevenção, diagnóstico e tratamento do câncer no Sistema Único de Saúde e a participação do Estado nesse financiamento.

Sala das Comissões, 25 de novembro de 2024.

Elismar Prado, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reuniões Extraordinárias da Comissão de Segurança Pública**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Delegado Christiano Xavier, Coronel Sandro, Eduardo Azevedo e Luizinho, membros da supracitada comissão, para as reuniões a serem realizadas em 26/11/2024, às 11h30min e às 14h15min, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 25 de novembro de 2024.

Sargento Rodrigues, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Administração Pública**

Nos termos regimentais, convoco as deputadas Beatriz Cerqueira e Nayara Rocha e os deputados Roberto Andrade, Professor Cleiton, Rodrigo Lopes e Sargento Rodrigues, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 26/11/2024, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência pública, debater a implementação e o balanço do primeiro ano do projeto de terceirização das vistorias veiculares pela Coordenação Estadual de Trânsito – CET.

Sala das Comissões, 25 de novembro de 2024.

Leonídio Bouças, presidente.

**TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES****PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 2.781/2024****Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária****Relatório**

De autoria do governador do Estado, a proposição em epígrafe autoriza o Poder Executivo a prestar contragarantia à União em face das garantias por ela oferecidas nas operações de crédito externo a serem celebradas pelo Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A. junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Preliminarmente, a matéria foi apreciada pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma original.

Vem agora o projeto a esta comissão para dela receber parecer, nos termos do art. 188, combinado com o art. 102, VII, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 2.781/2024 autoriza o Poder Executivo a prestar contragarantia à União em face das garantias por ela oferecidas nas operações de crédito externo em moeda estrangeira a serem celebradas pelo Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A. – BDMG – perante o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID – até o valor equivalente a US\$100.000.000,00 (cem milhões de dólares americanos). Tal operação destina-se ao Programa Minas para Resultados: Descarbonização e Resiliência Climática da Carteira de Crédito do BDMG, e a contragarantia será constituída pela receita tributária do Estado e pela parcela da receita tributária da União que é repartida com o Estado.

Na mensagem que encaminhou o projeto, o governador destacou que a autorização legislativa para a prestação de contragarantia é exigência federal para a captação de recursos externos. Observou que o mencionado programa de financiamento do BDMG é destinado à mitigação dos efeitos das mudanças climáticas, mais evidentes em locais com maiores níveis de vulnerabilidade socioeconômica e ambiental. Nesse sentido, informou a situação do Estado de Minas Gerais, que, assim como outros de todas as regiões do País, tem sido penalizado por eventos meteorológicos extremos que impactam a vida de seus cidadãos, causando perdas econômicas e humanas.

O governador ainda enfatizou que o BDMG é uma instituição financeira sólida, que já captou mais de US\$300.000.000,00 (trezentos milhões de dólares americanos) nos últimos quatro anos, sem inadimplência. Ademais, segundo ele, “o BDMG recebeu o prêmio de ‘Banco do Ano 2022’ pela Associação Latino-Americana de Instituições Financeiras para o Desenvolvimento – ALIDE”.

A Comissão de Constituição e Justiça, em seu exame preliminar, não vislumbrou óbices jurídico-constitucionais à tramitação da matéria e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma original. Alegou que a proposição atende ao que determinam a Lei Complementar nº 101, de 4/5/2000, Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF –, e a Resolução nº 43, de 21/12/2001, do Senado Federal, de que a autorização que se pretende seja tratada por lei específica autorizativa. Lembrou que a LRF define a concessão de garantia como “compromisso de adimplência de obrigação financeira ou contratual assumida por ente da Federação ou entidade a ele vinculada”.

Do ponto de vista financeiro e orçamentário, aspecto que compete a esta comissão analisar, o projeto de lei em análise não cria despesas para o erário, uma vez que trata da concessão de contragarantias à União, o que assegurará uma operação de crédito externa do BDMG. A esse respeito, a LRF condicionou a garantia ao oferecimento de contragarantia e à adimplência da entidade que a pleitear relativamente a suas obrigações perante o garantidor e as entidades por ele controladas. A mesma lei ainda autoriza a vinculação de receitas tributárias e as provenientes de transferências constitucionais como contragarantia exigida pela União a entes subnacionais. Além disso, no caso de operação de crédito externo, estabelece as seguintes exigências:

- existência de dotação específica;
- comprovação de que o estado está em dia com as obrigações com a União, como o pagamento de tributos, empréstimos e financiamentos e prestação de contas de recursos anteriormente dele recebidos;
- comprovação de que o Estado cumpre os limites constitucionais relativos à educação e à saúde; e
- observância dos limites das dívidas consolidada e mobiliária, de operações de crédito, de inscrição em restos a pagar e de despesa com pessoal.

Vale ressaltar que Minas Gerais aderiu ao Regime de Recuperação Fiscal – RRF –, conforme acordo homologado no Supremo Tribunal Federal em 28/8/2024. Dessa forma, no momento em que for concedida a contragarantia que se pretende, o Poder Executivo deverá observar se tal medida encontra-se “afastada” no Plano de Recuperação Fiscal, nos termos do art. 8º, § 2º, da Lei Complementar nº 159, de 19/5/2017.

Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.781/2024, no 1º turno, na forma originalmente apresentada.

Sala das Comissões, 22 de novembro de 2024.

Zé Guilherme, presidente e relator – Rafael Martins – João Magalhães – Ulysses Gomes – Cristiano Silveira – Roberto Andrade.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 25/11/2024, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos, relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando Reila Ferreira de Souza Silva, padrão VL-49, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Elismar Prado;

nomeando Luiz Leonel Filho, padrão VL-48, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Elismar Prado;

nomeando Renato Silva Teixeira, padrão VL-27, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Elismar Prado;

nomeando Thais Kênia Castelo Branco Marciano, padrão VL-23, 6 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Beatriz Cerqueira.

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 72/2024

Número do Processo no Portal de Compras: 1011014 211/2024

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar em 11/12/2024, às 9 horas, pregão eletrônico do tipo menor preço, através da internet, tendo por finalidade a aquisição de materiais para impermeabilização de telhado.

O edital se encontra à disposição dos interessados nos sites www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br.

Fica sem efeito a publicação do mesmo certame veiculada no dia 15/11/2024.

Belo Horizonte, 25 de novembro de 2024.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.

CRENCIAMENTO Nº 2/2024

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que, nos termos do art. 16, I, da Deliberação da Mesa nº 2.834, de 2024, foi deferido o pedido da CEO Clínica Estética em Odontologia Ltda. para o credenciamento em epígrafe, que tem como objeto a prestação de serviços de assistência odontológica.

TERMO DE CONTRATO Nº 86/2024**Número no Siad: 9442745**

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Mercearia Indianópolis Ltda. Objeto: aquisição de álcool. Vigência: 12 meses, contados da data de publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas. Licitação: dispensada em razão do valor, conforme o art. 75, II, da Lei Federal nº 14.133, de 2021. Dotação orçamentária: 1011.01.031.729.4.239.0001.3390.10.1.

TERMO DE ADITAMENTO Nº 131/2024**Número no Siad: 9437226-1**

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratado: Breno P. Delling. Objeto do contrato: fornecimento, com instalação, de uma antena para transmissão de televisão digital. Objeto do aditamento: correção de erro material da Cláusula 9 do Contrato nº 48/2024. Vigência: a partir da data da publicação do Contrato nº 48/2024 no Portal Nacional de Contratações Públicas, inclusive.